

QUALIDADE AMBIENTAL URBANA: EM BUSCA DE UMA NOVA ÉTICA

Heliana Comin Vargas

VII Encontro nacional da Anpur- Porto Alegre- 24 à 28 de maio de 1999

Introdução

A história da humanidade é, na verdade, a luta do homem pela sua sobrevivência. E, o seu primeiro grande desafio esteve sempre voltado a compreensão e domínio do seu ambiente natural.

No entanto, este binômio população-meio ambiente, mesmo sendo uma relação muito antiga, nem sempre foi devidamente percebido e analisado. Esta relação tem se alternado, através do tempo, no que se refere ao domínio de uma das partes sobre a outra e à importância dada a cada uma delas. Talvez, em busca de um difícil equilíbrio.

Desde cedo, e com maior ênfase a partir do séc. XVIII, duas correntes de pensamento foram sendo construídas, dividindo-se na defesa de cada uma das partes: a antropocêntrica e a biocêntrica (ecocêntrica). A primeira, coloca o homem como o centro do universo, onde a natureza não tem valor em si mas, constitui-se numa reserva de recursos naturais a serem explorados pelo homem. A segunda, defende que o homem se insere na natureza como qualquer ser vivo e o mundo natural tem valor em si mesmo.

Na verdade, a grande discussão sempre esteve voltada para as questões de proteção do mundo selvagem e do crescimento populacional. Estes foram sempre os divisores de água nos movimentos e nos vários enfoques ambientalistas.

No entanto, na entrada para o terceiro milênio, parece evidente que a problemática malthusiana, voltada ao equilíbrio entre o número de seres humanos e os recursos disponíveis na natureza, deixou de ser apenas de ordem quantitativa. No seu lugar, pode ser visualizado uma nova problemática cujo fundamento passa a ser muito mais normativo e qualitativo, isto é, ético.

Além da necessidade de rever os valores atuais, deve-se revê-los em nome de quem? para quem? e por quem? . Os níveis de subjetividade também se revelam, interesses conflitantes se explicitam e todos passam a reivindicar direitos.

Na verdade, segundo Lassonde (1996, p 215), o surgimento da questão ética sobre os debates contemporâneos provém, entre outros, do fato de que nós estamos num ponto da história onde "os homens podem ser individualmente inocentes e coletivamente responsáveis, todos vítimas e culpados ao mesmo tempo".

Se estas análises se voltarem para as questões do ambiente construído, do ambiente urbano, a complexidade se amplia na medida que a relação homem/homem atinge não apenas as questões ambientais, mas a saúde e a própria condição de vida da população. Esta situação urbana, também exige análises qualitativas, exige a necessidade de fazer escolhas.

Embora o crescimento demográfico estivesse sempre ligado ao crescimento de taxas de urbanização, principalmente a partir do século XIX,¹ nas últimas décadas, a expansão urbana adquire dimensões contraditórias. Isto porque, em muitos casos, o crescimento populacional se interrompe, mas a área urbanizada aumenta. (Regales & Lopes, 1997)

Nesse sentido, a discussão sobre qualidade de vida, qualidade de vida urbana e qualidade ambiental urbana tem recebido contribuições das mais diversas que alteram os valores e os parâmetros de julgamento.

¹ A taxa de urbanização da população mundial em 1800 era de apenas 3,4%. Um século depois passa para 13,6%. Na atualidade supera os 40% e se prevê que em 2005 ultrapasse os 50%. (Regales e Lopes, 1997)

Assim, para a compreensão deste processo de mudança de enfoque, uma análise retrospectiva da atenção direcionada às questões de ordem demográfica e ambiental e de como os vínculos entre elas tem sido estabelecidos, nos pareceu um ponto de partida interessante seguida de uma discussão sobre o conceito de qualidade urbana.

Iniciando o debate com Malthus

A publicação do “Essay on the principle of population as it affects the future improvement of society” por Robert Malthus, em 1798, marca o início formal de uma discussão, meramente quantitativa, entre a utilização dos recursos naturais, (que crescia em progressão aritmética na razão um), e o aumento da população, (crescendo em progressão geométrica na razão dois).

Malthus argumentava² que dado a paixão entre os sexos, a necessidade de se alimentar, o deliberado aumento de população quando aumentam os meios de subsistência e o declínio da produtividade do solo, atingir-se-ia um ponto em que o aumento da população ultrapassaria o aumento da produção de subsistências. (Roll, 1950)

O contexto socio-econômico vivenciado por Malthus teve, sem dúvida, influência sobre essa sua leitura. Já no final do séc. XIX e até a I Guerra Mundial, a população de todos os países aumentaram numa proporção sem precedentes. (Burns 1966) Este fenômeno foi ainda mais perceptível na Inglaterra do início do séc.XIX, berço da I Revolução Industrial.

Estando bem de acordo com a ideologia do sistema de produção Inglês do período, as idéias de Malthus tiveram repercussões generalizadas, principalmente nas questões do trabalho e da sua remuneração.

Defendia que a pobreza era resultado da preguiça e o desemprego uma situação que devia ser transformada na mais desagradável possível. O aumento de salários, por sua vez, significava aumento da reprodução humana. (Samuelson, 1968)

A tradição malthusiana que estabelece limites às possibilidades do meio físico (a natureza) para alimentar uma população crescente, sucede a cultura neomalthusiana de nossos dias. Esta estabelece políticas de controle do crescimento demográfico, aceito por uma grande maioria de Estados Nacionais e promovidas pelos organismos internacionais. (Regales & Lopes, 1997)

O predomínio da visão antropocêntrica

Até o início do século XIX, ainda não haviam surgido idéias preservacionistas (ecocêntricas) do ambiente natural, ocorrendo, ao contrário, uma valorização exclusiva do mundo natural domesticado e dos campos de cultivo.³ (Diegues, 1996)

Para a mudança dessa mentalidade contribuíram o avanço da história natural e o forte processo de urbanização induzido pela revolução industrial que passou a responder pela má qualidade do ar, do congestionamento e da insalubridade nas aglomerações

² A lei de Malthus, é cuidadosamente enunciada em três proposições: a) a população é necessariamente limitada pelos meios de subsistência; b) a população aumenta sempre que aumentam os meios de subsistência, a menos que qualquer circunstância imprevisível detenha esse crescimento; c) os cataclismos que fazem com que a população se mantenha em nível adequado aos meios de subsistência resumem-se todos a coibições, vício e miséria. MALTHUS, T.R. Essay in population. Edição Every man, vol I, pags 18-19. in ROLL, Erich. Panorama da ciência econômica. Comos, Lisboa, 1950.

³ Na Europa Ocidental a domesticação de animais era considerada como o ápice da humanização, onde, por exemplo, entregar gado aos indígenas do Novo Mundo era integrá-los na civilização. Além disso, segundo Thomas (1983), a palavra animal passou a ser sinônimo de indivíduos que não se comportavam como civilizados, dentre os quais incluíam-se: os pobres, as mulheres, os jovens, os deficientes. (Diegues, 1996)

urbanas então criadas, tornando-as insuportável e irrespirável. A contemplação da natureza selvagem com possibilidade de isolamento espiritual passa a ser, então, uma aspiração da sociedade. (Diegues, 1996)

Este mesmo desejo, manifesta-se também nos escritores românticos que viam a natureza como lugar da descoberta da alma humana, do imaginário do Paraíso perdido⁴ e da beleza⁵. (Corbin, 1989)

Pode-se dizer que o resultado dessas idéias, então surgidas, responderam pela criação do primeiro parque nacional do mundo, o de Yellowstone, nos EUA, em meados do século XIX, (1872).

A noção de “wilderness” (vida natural / selvagem) inerente à criação dos parques, era de grandes áreas não-habitadas, principalmente após o extermínio dos índios e a expansão da fronteira para o oeste, decorrente do então consolidado capitalismo americano. (Nash, 1989).

Na criação do Yellowstone⁶, pelo Congresso Americano, ficara determinado também, que a região fosse preservada e proibido qualquer uso que não o de parque público ou área de recreação em benefício do “povo”. Qualquer outra ocupação seria considerada ilegal e passível de remoção. (Diegues, 1996)

No entanto, esta exaltação inicial da natureza, que seria a base das idéias preservacionistas, esteve diretamente voltada às necessidades do homem, isto é, como fator importante para a melhoria da qualidade de vida dos humanos.

Assim, o ambiente natural passava, então, a ser visto não apenas como fonte de subsistência material, mas também, como elemento importante na recuperação física e psicológica dos seres humanos, frente a um forte processo de deterioração das condições de vida no ambiente urbano. Não deixando, entretanto, de ser elitizado e seletivo.⁷

Pode-se então destacar, em termos teóricos, no século XIX, nos EUA, duas visões ambientais com ênfases diversas. A preservacionista, liderada por John Muir e as de conservação dos recursos naturais, por Gifford Pinchot. (Diegues, 1996)

Segundo John Muir a base do respeito à natureza era o seu reconhecimento como parte de uma comunidade criada à qual os humanos também pertenciam. Essas idéias, segundo as quais o homem não poderia ter direitos superiores aos animais (depois chamadas de biocêntricas), ganharam um apoio científico da história natural, em particular da teoria da evolução, de Charles Darwin (1809-1882). De acordo com Nash (1989), estas teorias que colocavam o homem de volta na natureza, tornaram-se fontes importantes do ambientalismo e da ética ambiental, em meados do século XX. (Diegues, 1996)

Com relação ao pensamento conservacionista, Gifford Pinchot defendia que a conservação dos recursos pressupunha um uso racional. Neste sentido, acreditava que a conservação da natureza deveria basear-se em três princípios: o uso dos recursos naturais pela geração presente; a prevenção de desperdício; e o uso dos recursos naturais para o benefício da maioria dos cidadãos. (Diegues, 1996)

Como, durante quase todo o século XIX, a noção dominante era a existência de recursos naturais ilimitados. A corrente antropocêntrica era dominante e no contexto geográfico, o progresso era sinônimo de crescimento, desenvolvimento e conquista da natureza. (Nash, 1989).

⁴ A idéia de paraíso perdido incorporada no conceito de parques típica dos primeiros conservacionistas americanos, pode ter suas origens no mito do paraíso terrestre”, próprio do cristianismo. (Diegues, 1996)

⁵ A ilha de Robinson Crusoe, descrita por Daniel Defoe, no século XVIII, representa a síntese da simbologia do paraíso perdido após a expulsão do homem. (Diegues, 1996)

⁶ O modelo Yellowstone permaneceu através dos séculos servindo ainda hoje de modelo às políticas ambientais de preservação da natureza.

⁷ Muitos dos parques públicos urbanos têm ainda esta influência quando são utilizados apenas para a contemplação, sem possibilidade de uso recreacional para a população de menor renda. Muitos destes parques são vendidos como jardim dos grandes empreendimentos imobiliários

O grande desenvolvimento tecnológico e científico da primeira metade do século XX, contribuíram para esta certeza, na medida que deslocou as curvas de possibilidade de produção para fora e tornou possível um padrão de vida melhor para um maior número de pessoas, ainda que os progressos médicos estivessem prolongando a vida humana e diminuindo ainda mais os obstáculos positivos ao controle da população. Tampouco imaginara Malthus que, após 1870, na maioria das nações ocidentais, inclusive EUA, a fertilidade da família medida pelo número real de filhos iria começar a não corresponder à fecundidade da família, isto é, capacidade biológica de reprodução. (Samuelson, 1968)

No entanto, como resultado da ocupação intensa do território nacional americano, a preocupação com a proteção ambiental vai adquirindo importância, destacando-se três idéias básicas no movimento ambiental da Era do Progresso de Theodore Roosevelt (1901-1909): a eficiência quanto ao uso dos recursos (conservacionista); a equidade no acesso aos recursos (distributiva); e, a beleza estética para amenizar as tensões sofridas nas áreas urbanas, (preservacionista) (Diegues, 1996)

Do lado dos preservacionistas, nas décadas de 40 e 50, os ecólogos agregam-se ao movimento de proteção da natureza, produzindo obras importantes, prioritariamente sobre o enfoque da ruptura do equilíbrio natural causada por entes abstratos, “o homem ou a civilização”. (Bressan, 1996)

Outras teorias desenvolvidas posteriormente, como a de Aldo Leopold (1959), reafirmavam este conceito biocêntrico no final da década de 40. Segundo ele “uma decisão sobre o uso da terra é correta quando tende a preservar a integridade, a estabilidade e a beleza da comunidade biótica. Essa comunidade inclui o solo, a água, a fauna e flora, como também as pessoas. É incorreto quando tende para uma outra coisa”. (Aldo Leopold, 1949 pg 224-5)

Na verdade, a inclusão das pessoas, através da expressão “também as pessoas” parece ser uma concessão dentro da comunidade biótica.

Ainda dentro da escola preservacionista, outros estudiosos evoluíram nas discussões porém, sempre considerando o aspecto ético. A modificação da natureza era benéfica até o ponto em que não interferisse no ecossistema como um todo. (Diegues, 1996)

Ao aplicar uma conotação determinística sobre as interações entre homem e natureza, o que significa uma sujeição estrita do meio natural à ação humana, surge uma interpretação catastrófica: o homem altera os ecossistemas com as suas atividades, e o faz de forma crescente, para chegar em nossa época a colocar em perigo a sobrevivência dos ecossistemas. Com estas afirmações, pode-se demonstrar segundo Regales (1997), como em curto espaço de tempo a ecologia transformou-se, nas mãos de cientistas de diversas origens, em uma ciência de grandes ambições explicativas.

O predomínio da visão biocêntrica

O fim da Segunda Guerra mundial marca uma virada no tratamento das questões demográficas, tanto no plano científico como político, principalmente, pela entrada em cena dos EUA como principal protagonista.

O crescimento da população previsto para os próximos 25 anos revestira-se de uma importância que transcendia as considerações econômicas e sociais. Ele colocava-se no coração de nossa existência. (ONU, 1959)

Estas palavras atestavam já em 1959, a tomada de consciência, por alguns, da necessidade de compreender a evolução demográfica em estreita relação com a transformação dos modos de vida, das escolhas da sociedade e da dinâmica das relações entre os povos. (Lassonde, 1996)

A partir de 60, a questão de degradação ambiental começa a se apresentar como um problema evidente.

Se para Malthus a miséria era capaz de conter o aumento demográfico, a situação no século XX era de que o aumento da população levava à pobreza e, conseqüentemente, à degradação ambiental.

Os anos 60 marcaram o aparecimento de um novo ecologismo em contraposição à antiga “proteção da natureza”. Esse novo movimento partia de ativistas que iniciaram uma crítica à sociedade tecnológica-industrial, de consumo, cerceadora das liberdades individuais, (em ambos os sistemas, capitalista e socialista), homogeneizadora das culturas e, sobretudo, destruidora da natureza. (Diegues, 1996)

A questão ecológica passou a ser uma das bandeiras de luta, ao lado do antimilitarismo/pacifismo, direitos das minorias etc. Elas tiveram também grande influência da “contra-cultura, vigorosa nos anos 60, e que se constituiu numa das inspirações do movimento hippie. (Diegues, 1996)

Esse novo ecologismo foi profundamente marcado pela “Futurologia”, pelo profetismo alarmista: o futuro incerto do planeta; o esgotamento dos recursos naturais, a superpopulação humana, a poluição ecocida; as tecnologias, a guerra nuclear, a ciência dominada pela tecnocracia opressiva.⁸ (Diegues, 1996)

O processo que reaviva a natureza mitificada tem no naturalista Jean Dorst (1973) e em sua famosa obra “Antes que a Natureza Morra”, uma de suas peças fundamentais. Considera que um “terrível conceito utilitário tomou conta de nós” Só o que serve, o que tem rendimento é que bom. Apela então para a criação e manutenção de reservas ecológicas como verdadeiros santuários, onde o homem, “não existe”.

O retorno ao sagrado é pavimentado por outra característica típica do final dos anos 70: o ecologismo como uma visão de mundo e como modo de vida

Os anos 70 foram, particularmente, pródigos com relação à revalorização mítica da natureza. É deste período o polêmico Relatório do Clube de Roma, também conhecido como Limites do Crescimento, que preconiza que a manutenção das tendências atuais de crescimento populacional bem como o seu padrão de consumo, em cem anos, os limites de crescimento do planeta seriam atingidos. (Bressan, 1996)

Assim, é comum afirmar que a crise atual decorrente da introdução da tecnologia nos ecossistemas, afeta não apenas os ecossistemas biológicos (espécies vegetais e animais), mas também, o planeta como um todo. As visões mais radicais, como a da Ecologia Profunda, conduzem a considerar o ser humano e, por extensão, o crescimento acelerado da população que ocorreu nos últimos duzentos anos, como um inimigo da natureza. O homem tem que se integrar aos ecossistemas dos quais é, apenas, um componente a mais.

As visões atuais do binômio meio ambiente-população; o crescimento do enfoque qualitativo

Ciência e tecnologia, Ecologia e Ideologia, constituem hoje questões de um debate que tem como centro de atenção o crescimento da população como o maior mal, e a tecnologia como meio de destruição. (Regales & Lopes, 1997)

A relação homem-recursos, ou humanidade-natureza é agora, e sempre foi, uma relação dinâmica na qual o homem redefiniu o seu lugar e as modalidades de suas relações em função de múltiplos fatores. Entre estes fatores destacam-se a tecnologia de que ele dispõe e a finalidade que ele imprime a seus atos. (Lassonde, 1996)

O aumento do padrão de vida dos países industrializados, mesmo acompanhados do controle da fecundidade conduziram a um aumento do consumo que afetam diretamente o meio ambiente, tanto no consumo de recursos naturais como na produção de resíduos de toda a ordem. (Lassonde, 1996)

Neste momento, a relação homem-natureza começa a deixar de ter um enfoque apenas quantitativo, passando a considerar a questão do ponto de vista qualitativo. Ou

⁸ Na verdade, este movimento chegou mesmo a propor um movimento de ruralização, num modelo de retorno ao convívio das sociedades primitivas. (Diegues, 1996)

seja, mudança nos padrões de consumo e nos valores, podem ser, também, uma atitude importante com relação à proteção ambiental.

Benjamin (1990), também coloca que o limite de utilização de uma ecossistema só é fixo se as forças utilizadas por este grupo forem também fixas.

Quanto às idéias conservacionistas, os conceitos de Pichot contra o desenvolvimento a qualquer custo, tornaram-se importantes como influenciadoras do período seguinte, aparecendo fortemente nos debates da Conferência de Estocolmo sobre o meio ambiente humano (1972) e na Eco-92, (1992).

Pode-se dizer que estas foram as idéias básicas do que hoje se chama de desenvolvimento sustentável. A partir deste conceito, o processo de desenvolvimento deveria levar em conta as características das áreas em questão, considerando o uso adequado e racional dos recursos naturais e a aplicação de tecnologias e de formas de organização que respeitem os ecossistemas naturais e os padrões socio-culturais. (Bressan, 1996)

Atualmente, a visão ecocêntrica é defendida pela teoria a que se chama de 'Deep Ecology', termo cunhado em 1972 pelo filósofo Arne Naess.

Assim, chega-se a postular a Ecologia como ciência global que proporciona o único caminho para afrontar e resolver todos os problemas das complexas relações entre homem e natureza. Com ele, a ecologia adquire uma índole totalitária. O totalitarismo ecológico, que, afortunadamente, é objeto de denúncia por parte de diversos cientistas, entre os quais figuram prioritariamente geógrafos e economistas. (Regales & Lopes, 1997)

Apenas no Rio de Janeiro e, pela primeira vez, num Foro Mundial, uma parte da comunidade científica alertou e se colocou contra o perigo de ideologização da ecologia. A oposição ao progresso científico e industrial que provém das idéias ecológicas mais radicais, se incorpora no marco da crise da modernidade, isto é, na crença no progresso indefinido que reflete o espírito do iluminismo nascido no século XVIII. A crítica à modernidade se justapõe à crítica das idéias cristãs do homem como imagem de Deus, a quem o criador ortogou o domínio sobre a natureza. Ambas as dimensões, cristã e moderna, seriam as responsáveis pela crise ecológica ao favorecer o desenvolvimento da ciências e da técnica. A antropocêntrica passara a ser ecocêntrica. O paradigma da modernidade era substituído pelo paradigma da ecologia. (Regales & Lopes, 1997)

Muitas outras visões sobre o tema, como a ecologia social⁹ e a ecosocialista¹⁰ vão surgindo continuamente.

Moscovici (1974), outro defensor desta linha de pensamento ecosocialista, dirige suas idéias para uma crítica à oposição entre culturalismo e naturalismo. O culturalismo¹¹ se apoia sobre a história, a cultura e a sociedade (mais antropocêntrico).

⁹ A Ecologia social, por sua vez, coloca como elemento central que a devastação do planeta é resultado da acumulação capitalista. Defende, portanto uma sociedade democrática, descentralizada e baseada na propriedade comunal de produção. Na sua definição de ambientalismo, a natureza aparece como um habitat passivo, que deve servir ao uso humano. (Diegues, 1996)

¹⁰ A Escola conhecida como ecosocialista, através de Gutelman (1974) introduz o conceito de forças produtivas da natureza (fotosíntese, cadeias tróficas) em contraposição à noção de forças produtivas históricas. Skibberg (1974) destaca que a infraestrutura é composta por forças produtivas do trabalho pelas relações sociais bem como pelas forças produtivas da natureza. De acordo com essa análise, a contradição básica na sociedade capitalista deve incorporar, também, a existente entre forças produtivas históricas e as forças produtivas da natureza. Quando essas não podem mais operar (por exemplo, a capacidade de depuração dos ecossistemas, a fotosíntese), cria-se um impasse para a própria reprodução da sociedade. (Diegues, 1996)

¹¹ O culturalismo, além do princípio de ruptura entre a sociedade e a natureza, onde a sociedade teria todas as qualidades e a natureza todos os defeitos, reflete também uma separação entre o homem natural, selvagem e detentor apenas do pensamento simbólico e mítico, do homem domesticado, em plena posse dos poderes intelectuais, sociais técnicos e científicos. O homem

Vê na natureza a enfermidade do homem, uma ameaça à qual a cultura serve como defesa, como terapêutica. O naturalismo, ao contrário, se traduz numa aversão pela sociedade e pela cultura.

Segundo Moscovici, o naturalismo estaria em plena mutação deixando de ser uma negação do culturalismo, deixando de ser uma proteção ingênua do mundo natural para a afirmação de uma nova relação entre o homem e a natureza.

Nessa perspectiva, a solução de se colocar a natureza em parques onde o homem está ausente, não parece ser a melhor estratégia para o estabelecimento de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e o meio ambiente. (Diegues, 1996)

Considerando a importância homem-ciclos naturais existentes nas populações tradicionais, a noção de parques ou áreas naturais protegidas que excluam as populações tradicionais é incompreensível.

Nessa linha de pensamento, o chamado “turismo ecológico”, realizado em parques e reservas está imbuído do neomito de natureza intocada e selvagem. É ainda mais elitista, do que os primeiros parques americanos, pois reserva-se, fundamentalmente aos que podem pagar tarifas especiais. (Diegues, 1996)

Uma síntese possível para este final de século inclui seguramente, considerar o esgotamento de um estilo de desenvolvimento que se mostrou ecologicamente pedatário, socialmente perverso e politicamente injusto.

Na conferência do Cairo, os debates dirigem-se para uma outra lógica, marcada, notadamente, pelas questões das desigualdades entre os sexos, pela luta contra a pobreza e, no outro extremo, pelos movimentos de caráter religioso e de identidade.

Nesta conferência as questões populacionais referem-se aos aspectos qualitativos de transmitir uma vida de qualidade, que vai muito além da quantidade de seres humanos e sim, de como eles vivem. (Lassonde, 1996)

O crescimento econômico aparece juntamente com a luta contra a pobreza como as duas faces de uma mesma estratégia. A luta contra a pobreza aparece, diferentemente do conceito de Malthus, como uma das condições, senão a mais importante na estabilização do crescimento demográfico. (Lassonde, 1996)

Qualidade Ambiental urbana

Para adrentarmos as questões de qualidade ambiental urbana, que envolvem além de todas estas questões de cunho ético, a discussão das subjetividades e dos interesses conflitantes, é necessário precisar alguns conceitos, ou pelo menos tentar precisá-los, como o de ecossistema urbano, qualidade de vida e qualidade urbana.

Meio ambiente e ecossistema urbano

A definição de ambiente para a Comunidade Européia traduz-se como “conjunto dos elementos naturais que, na complexidade de suas relações, constituem o marco, o meio, as condições de vida do homem”. Esta versão institucional considera o ambiente como um sistema complexo cujos elementos, seus componentes e funções encontram-se estreitamente correlacionados, o que para Regales (1997) coincide com a sua definição de meio físico. Segundo este autor, o ambiente global é um sistema formado por dois subsistemas: o meio geográfico e o habitat. No meio geográfico inclui-se o meio físico, composto dos elementos naturais existentes na terra e que fornecem recursos para o exercício das atividades humanas. O meio físico oferece dificuldades e riscos, recebe a marca da criatividade e inovações culturais, convertendo-se em suporte humanizado. Deste suporte individualiza-se o “habitat” que seria o conjunto de assentamentos rurais e urbanos, o tecido construído, onde o homem tem exercido

selvagem é um ente distante de nós, primitivo inferior, assim como o camponês a mulher e a criança. O segundo é um ser superior, distante da natureza.

historicamente , e exerce, as funções de relação e interação com o meio geográfico e a natureza, ou meio físico

O conceito de ecossistema urbano tem sido desenvolvido desde a década de 60. Segundo Brugman (1992) o ecossistema urbano apresenta seis características que o diferencia dos demais:

- a) alta densidade populacional humana, onde a força das relações econômicas e sociais são de especial importância quando se avalia a integridade do sistema;
- b) manipulação e regulação do ambiente físico, material e do fluxo de energia;
- c) Intensa competitividade entre indivíduos o que força a criação de organizações sofisticadas;
- d) sistema de produção e consumo constante e novos insumos;
- e) alta necessidade de energia;
- f) o domínio da atividade humana supera as da natureza;

Para Exline (1982), o ecossistema urbano pode ser dividido em dois subsistemas, um físico e outro cultural. Mantendo o conceito holístico , o subsistema físico pode ser dividido em subsistemas menores incluindo os sistemas geológico, climático hidrológico e biológico. Quanto ao aspecto cultural , as cidades, por serem construção humana e tendo cada uma delas as suas particularidades históricas, socio-econômicas e culturais, não se constituem em um modelo único. Isto dificulta a criação de um conceito universal.

Já o histórico da palavra ambiente, segundo Cuter, (1985), teve significado inicial como uma representação simbólica de ambiente construído , desvinculado de suas características estéticas.

Para Cuter (1985), três dimensões se apresentam: a social (renda, educação, saúde, segurança, etc); ambiental (clima, aspectos físicos, e nível de poluição etc); e, perceptiva (bem estar e condições de vida). Ele procura avaliar as condições objetivas a partir de uma definição da imagem subjetiva do indivíduo e das expectativas do lugar. A qualidade do meio ambiente é julgada mediante valores da sociedade. Acredita que estes estudos devem iniciar-se, primeiramente, com a caracterização do meio ambiente urbano considerando: a história, o quadro sócio-econômico e cultural da população, seus aspectos físicos, recursos disponíveis, elementos poluentes etc, Deve buscar um abordagem holística como objeto de análise inserida num contexto.

Ainda , segundo Cuter (1985) a arquitetura empresta o termo para referir-se aos espaços com poder de estruturação interna e com o seu entorno. Já as ciências humanas consideram a estrutura construída juntamente com o poder social.

Não bastasse a inserção das diferenças culturais e do lugar, as questões de ordem pessoal, sejam elas psicológicas ou de formação colaboram para aumentar a dificuldade de definição e análise da qualidade ambiental urbana, que passa pela discussão do significado de qualidade de vida.

Qualidade de vida

Difícil é uma definição de qualidade ambiental urbana quando vários conceitos se superpõem.

Com a ajuda da definição de qualidade de vida de Maslow , que se sustenta na teoria das necessidades básicas, pode-se tentar um ensaio.

Segundo este autor, as necessidades humanas apresentam-se hierarquicamente da seguinte forma:

- necessidades fisiológicas: fome, sono
- necessidades de segurança: estabilidade, ordem
- necessidades de amor e pertinência (família, amizade)
- necessidades de estima (respeito, aceitação)
- necessidade de auto atualização (capacitação)

Quando as necessidades básicas são supridas, outras começam a aparecer. Na verdade, o homem tem necessidades e desejos. Os desejos tornam-se necessidades a partir do momento em que se vislumbra a possibilidade de satisfazê-los. Os desejos também dependem do repertório individual. Só se deseja o que se conhece, ou sabe que existe.

Na década de 70, Wilhelm & Deak (1970) viam a qualidade de vida ligada à sensação de bem estar do indivíduo que se traduzia em aspectos objetivos representados pela renda, emprego, objetos possuídos, qualidade da habitação, dentre outros.

A medida que se adquire o conforto pode começar a buscar o prazer. Este, por sua vez, tem um caráter mais subjetivo como segurança, privacidade, reconhecimento e afeto.

O conceito de qualidade de vida, baseado nas questões de felicidade e bem estar, foi mais detidamente explorado por Dalkey (1972). Segundo ele, o conceito de qualidade de vida seria mais coerente se se considerassem os fatores com real significado para o indivíduo e não, aqueles que se prescrevem como socialmente bom.

Esta é, seguramente, uma crítica às definições de padrões de qualidade de vida internacionais, que não consideram as especificidades locais.

Para Dalkey (1972), portanto, alguns padrões de qualidade de vida podem ser definidos a partir da consideração de nove variáveis: saúde, atividade, liberdade, segurança, inovação, status, sociabilidade, afluência, agressão.

Logicamente, que além de poder ser em maior número, sobre estes valores deve-se acrescentar a questão da subjetividade, que envolve a maneira de cada um ver a vida, resultado do seu repertório socio-econômico e cultural. E, talvez, até genético.

Estas variáveis vão, em muitos casos, muito além das necessidades básicas de abrigo, sono e alimentação.

Este mesmo aspecto é enfatizado por Comune e Campino (1980) que acrescentam, além da quantidade das necessidades básicas atendidas, a questão da qualidade. Assim, a noção de bem estar dos indivíduos envolve-se também com a questão da qualidade do meio físico e social. Considera além dos serviços de infraestrutura, os de saúde, recreação e lazer, serviços comerciais e bancários e a existência de áreas verdes.

Chiavenato, (1988) vai além. Afirma que o reconhecimento é a grande busca do homem: no trabalho, na vizinhança, na família. Afirma que, somente quando o homem tem as suas necessidades básicas individuais atendidas é que passa a se preocupar com o coletivo.

Maslow considera até que as reclamações são sinais de que se tem esperança em progredir, buscando um aperfeiçoamento. Assim sugere que uma boa medida do grau de esclarecimento de uma comunidade é o nível de queixas de seus membros.

Qualidade ambiental urbana

Ao acrescentar-se elementos referentes ao ambiente construído, para compor o quadro do significado de qualidade ambiental urbana, vários outros níveis de subjetividade se apresentam.

As impressões que as pessoas têm sobre a cidade, ou um local em particular, são mais do que visuais. A cidade oferece uma quantidade imensa de sensações. As memórias, odores, esperanças, multidões, lugares, edifícios, o drama da vida e da morte, que a compõem, afetam cada pessoa, diferentemente, conforme sua formação e vivência. Cada indivíduo constroa a sua própria imagem das partes da cidade, que se complementam entre si, levando à formação de um quadro mental coletivo da realidade física da cidade (Lynch, 1960). Cada indivíduo também acrescenta um juízo de valor sobre as condições de qualidade ambiental urbana que ela oferece, de acordo com seus interesses, objetivos e expectativas de vida.

Neste sentido, o conceito de qualidade ambiental urbana (de vida urbana), vai além dos conceitos de salubridade, saúde, segurança, bem como das características morfológicas do sítio ou do desenho urbano. Incorpora também os conceitos de funcionamento da cidade fazendo referência ao desempenho das diversas atividades urbanas e às possibilidades de atendimento aos anseios dos indivíduos que a procuram.

Cada elemento da arquitetura, da infraestrutura, dos equipamentos e das informações urbanas, e do seu funcionamento afetam o detalhe e, freqüentemente, o todo da imagem coletiva.

Segundo Belgiojoso, (1992) a qualidade urbana não é só morfologia. Isto é, não pode ser pensada, apenas, como algo visível, formal, de paisagem, mas também e, especialmente, do ponto de vista estrutural, das condições fisiológicas que se referem às atividades e sua diversidade. Até os elementos mais visíveis são constituídos de elementos não definíveis em termos estéticos. Ao contrário, são expressos em termos de comunicação, de riqueza de estímulos, de mensagens, informações e de significado.

O ambiente urbano deve oferecer um nível de atividade necessário a sua própria qualificação. Algumas destas atividades destacam-se pelo nível de intensidade de como ocorrem. Implicam, muitas vezes, em reunir num mesmo local um grande número de pessoas, automóveis e serviços. Muitas vezes, são, também, confundidos com os marcos da cidade, mas tem que apresentar fundamentalmente uma atividade intensa.

Uma área que tem uma atividade muito intensa e muito diversificada apresenta uma qualidade muito diferente de outra que contém apenas um tipo.

Por outro lado, esta atividade específica identifica o negócio, o tipo de pessoa que frequenta a área, e determina o mobiliário urbano em função do uso.

Um sistema visível não se constitui apenas de edifícios e espaços, mas de uma realidade inteira que se movimenta. Enfim, nos mesmos percebemos o ambiente urbano de maneira diferente segundo a atividade que nele se desenvolve. Se andamos de automóvel temos um certo tipo de percepção, diferente daquela que temos a pé. Se estamos trabalhando sentimos de um jeito, se estamos passeando ou a negócios a sensação será outra. O modo como usamos a cidade modifica nossa percepção. (Belgiojoso, 1992)

Diante desta somatória de fatores que interferem na maneira de como se define qualidade ambiental urbana, quatro aspectos principais de análise devem ser considerados conforme delineados no quadro abaixo:

QUALIDADE AMBIENTAL URBANA

ESPACIAL	BIOLÓGICA	SOCIAL	ECONÔMICA
<p>BEM ESTAR Vegetação, espaços abertos, tranquilidade</p> <p>ACESSIBILIDADE Sistema viário, transporte</p> <p>DESENHO URBANO Visuais, monotonia, desordem, informação</p> <p>REFERENCIAIS Orientação, história, Marcos</p> <p>USO E OCUPAÇÃO DO SOLO Densidades, conflito de usos, facilidades, permeabilidade, segregação</p>	<p>SAÚDE FÍSICA Saneamento, insolação, Poluição sonora, do ar</p> <p>SAÚDE MENTAL Stress Congestionamentos, filas, solidão reclamações</p> <p>SEGURANÇA Trânsito, edificações, marginalidade</p>	<p>ORGANIZAÇÃO Comunitária, de classe Associações</p> <p>REALIZAÇÃO PESSOAL Amizade, afeto, reconhecimento,</p> <p>CONTATOS Encontros, privacidade, Solidariedade</p> <p>ATIVIDADES Lazer, recreação, cultura, compras</p> <p>REALIZAÇÃO PROFISSIONAL Mobilidade Oportunidades</p> <p>ACESSO E OPÇÕES Moradia, trabalho Serviços urbanos Serviços sociais Transporte</p>	<p>OPORTUNIDADES Emprego, trabalho, negócios</p> <p>PRODUTIVIDADE Economia e deseconomias de aglomeração Trânsito, custo de vida Competição, Complementariedade</p> <p>DIVERSIDADE escolhas</p>

Este quadro, sem dúvida incompleto, demonstra apenas quão ampla esta discussão se apresenta. O significado de qualidade de vida urbana, tem atores diferentes, com interesses, objetivos e expectativas também diferentes. Um quadro individual e subjetivo que se altera no tempo, a medida que o repertório individual se amplia.

O que é bom para o indivíduo? O que é bom para a sociedade? Quem determina o seu significado?

Tudo se complica ainda mais, quando estes mesmos parâmetros passam a ser utilizados nas medidas de impacto ambiental urbano, ocasionados por quaisquer intervenções neste mesmo ambiente.

Considerações finais

Em virtude das evoluções passadas, o planeta precisa estar preparado para acolher uma população mundial que terá quase dobrado daqui para 2050. Não somente os desafios da demografia mudam de ordem de grandeza como também de natureza, pois isto significa pensar e organizar um mundo viável para dez bilhões de seres humanos. (Lassonde, 1996)

A organização socio-econômica, as relações entre indivíduos, entre as gerações, entre os povos, a relação entre homem e natureza, a biodiversidade, assim como a diversidade cultural da humanidade, estão sobre outras considerações.

A tomada de consciência da degradação ambiental detonou uma reflexão sobre os laços entre a lógica econômica que se persegue e a modificação dos grandes equilíbrios planetários que condicionam a sobrevivência da humanidade.

O padrão de vida e os valores dominantes centrados no “ter” característico da sociedade de consumo, mostram que poucos podem responder por boa parte do consumo dos recursos naturais ao mesmo tempo que respondem pela maior parte da degradação ambiental ora em processo. Não é, apenas a quantidade de seres humanos, que responde pela rápida destruição do planeta, mas também e, principalmente, o seu modo de vida.

As crises sociais, econômicas e financeiras, os conflitos de toda a ordem, indicam claramente que as dimensões individuais, socioculturais e macroeconômicas de nosso futuro coletivo estão, cada vez mais, fortemente ligadas. A internacionalização dos mercados, com as trocas de bens e o movimento de capitais que elas implicam, e a mobilidade das pessoas tornam impossível considerar os fatores de mudança no contexto apenas local.

Segundo Lassonde (1996), o dogma religioso, base da leitura e fonte das normas individuais e sociais está caduca. A pluridade de sistemas de pensamento e os novos problemas que o homem é chamado a resolver tornam, também, impossível manter as normas anteriores. A questão da relação entre os homens e, mesmo, entre o homem e a natureza conduzem o debate em direção a fronteiras que numerosos comitês de ética e de múltiplas reflexões tentam hoje esclarecer melhor.

Outra razão é o descompasso crescente entre a ciência e os costumes, que a bioética torna publicamente mais sensível. Enfim, a ética se impõe como pano de fundo do debate porque nós estamos colocados numa situação onde é necessário fazer escolhas e, somente a ética permite estabelecer as escolhas que nós seremos levados à privilegiar para assumir o futuro do homem e do planeta.

Todas estas questões comportam dilemas que alçam hoje o campo da ética. Segundo Paul Ricoeur (pg 214) a política se estabelece na ética: a vontade de um povo do querer-viver junto.

Notas Bibliográficas.

- BELGIOJOSO, ALBERICO B. 1990 *Qualità della città e progettazione Urbana*. Mazzota, Milão, 1990.
- BENJAMIN, Cesar. Nossos verdes amigos. *Teoria&Debate*, São Paulo, n.12,p.6-12, nov.1990 . In: BRESSAN, 1996.
- BRESSAN, D. 1996. *Gestão Racional da Natureza*. Hucitec, São Paulo.
- BRUGMANN J. 1992 *Manging Urban Ecosystems*. The International Agency for Local Governments. Review copy, 1992.
- BURNS, Edward M. 1966 . *História da Civilização Ocidental*. Globo, Rio de Janeiro.
- CHIAVENATO, Idalberto- 1988 *Recursos Humanos*. São Paulo , Atlas, 1988.
- COMUNE, A E. CAMPINO, A C. 1980 *Indicadores de Qualidade de vida Urbana*, USP-IPE n8, 1980
- CORBIN, A. 1989. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo. Cia da Letras.in: DIEGUES, 1996.
- CUTER, L.S. *Rating Places*. 1985. A Geographer's View on Quality of Life. Pennsylvania. American Geographers Association. Ed. Resource Publication in Geography, 1985
- DALKEY, N.C. 1972. *Quality of Life*. The Rand Corporation. Santa Monica, 1972
- DIEGUES, A.C. 1996. *O Mito Moderno da Natureza Intocada*. Hucitec, São Paulo.

- DORST, Jean. *Antes que a Natureza morra*. São Paulo: Edgard Blucher/USP, 1973 In: Bressan, 1996
- EXLINE, C.H. PETERS, G.L., LARKIN, R. P. 1982. *The city. Patterns and processes in the Urban Ecosystem*. WestviewPress, Colorado, 1982.
- GUTELMAN, M,1974. *Strutures et reformes agraires* .Peti Colletion Maspero, Paris. In: DIEGUES, 1996
- LASSONDE, Louise.1996. *Les Défis de la Démographie. Quelle qualité de vie pour le XXI^e siècle*. La Découverte. Paris.
- LEOPOLD, A.1949. *A Sandy County*, New York. In: DIEGUES, 1996
- LYNCH, Kelvin. 1960.*The image of the city*. Cambridge, MIT Press, 1960.
- MOSCOVICI, S. 1974. *Hommes domestiques, hommes sauvages*. Union Générale d'Éditions (Collection 10/18), Paris.. In: DIEGUES, 1996
- NASH, R.1989.*The rights of Nature: a history of Environmental Ethics*. Universty of Wisconsin Press. Wisconsin. In: DIEGUES, 1996
- ONU.1959 *The future growth of world population*, 1959, XIII, 2. In: LASSONDE, Louise. *Les Défis de la Démographie. Quelle qualité de vie pour le XXI^e siècle*. La Découverte. Paris, 1996.
- REGALES, Ferrer Regales LÓPEZ Pelaéz Antonio. *Población, Ecología y Medio Ambiente*. EUNSA , 2 ed. Navarra, 1997. 285p.
- RICOEUR, P. 1994. *Éthique et Responsabilité*, Jean-Christophe Aeschliman éd, Éditions de la Baconnère, coll.Langages, Neuchâtel. In: LASSONDE, 1996.
- ROLL, Erich.1950. *Panorama da ciência econômica*. Comos, Lisboa, 1950.
- SAMULESON, Paul. 1968 *A..Introdução à análise econômica*. Trad. De Luis Carlos Nascimento Silva. Agir, Rio de Janeiro.
- SKIBBERG, D. 1979. "*Marxisme et ecologie*". In: DIEGUES, 1996
- THOMAS, k.1983. *O Homem e o mundo natural*. Cia das Letras, São Paulo.In:DIEGUES,1996.
- WILHEIM. J. DEAK K. 1970 . *Maximização da Qualidade de Vida em Conjuntos Habitacionais*. COHAB, São Paulo, 1970